

Igreja defende proposta para emenda popular

A chamada "Iniciativa Popular na Constituinte", que assegura a apresentação de projetos e emendas à Constituição por parte da população, desde que a proposta seja subscrita por mais de 30 mil pessoas, foi defendida ontem pelo presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Cândido Padim (bispo de Bauru).

A proposta, encaminhada como emenda ao regimento interno da Constituinte pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) e pelos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), foi definida por dom Cândido como "a primeira forma de se alterar o processo de elaboração legislativa no Brasil, já que se for aceita não será apenas atribuição dos parlamentares a apresentação de projetos".

Dom Cândido Padim explicou que o apoio a esta iniciativa foi a principal decisão da reunião de anteontem à noite da Comissão da CNBB. A avaliação feita pela comissão sobre os trabalhos da Constituinte, segundo o bispo, "foi positiva. No sentido que começam a se revelar figuras mais atuantes, que estão querendo assumir os compromissos com a participação do povo que a elegeu".

De acordo com dom Cândido, a partir da semana que vem a comissão da CNBB se reunirá, em Brasília, com pequenos grupos de parlamentares. O objetivo é o de debater algumas propostas com os constituintes, como a do instituto do plebiscito.

Segundo dom Cândido Padim, a CNBB defende que a nova Constituição deva ser submetida ao referendo popular, "não só em seu todo, mas também algumas propostas que não sejam aprovadas pela Assembleia, mas que recebam mais de um terço dos votos", afirmou o bispo, acrescentando ser possível que "a grande maioria dos eleitores possa ser favorável a uma dessas propostas".

A distribuição de renda também preocupa a Igreja. Dom Cândido acredita que

a Constituinte possa restituir o poder aquisitivo da população, através de uma atualização do salário mínimo, que deveria ser "em torno de Cz\$ 4 mil".

A CNBB gostaria que a Constituinte criasse um Conselho de Planejamento Econômico, integrado por representantes de vários setores da sociedade, "para que a economia não seja conduzida de maneira imprevisível, como vem ocorrendo", disse dom Cândido, ressaltando que este conselho teria poderes para "avaliar e aprovar ou não" qualquer alteração na política econômica.

Outro conselho que a CNBB quer ver criado é o que trata da distribuição dos canais de rádio e televisão, "para que os critérios não sejam puramente políticos por parte do Executivo, como tem sido feito até hoje". Este conselho - de acordo com dom Cândido - "discutiria a idoneidade de quem vai receber os canais".

Dom Cândido lembrou que o documento da CNBB "Por Uma Nova Ordem Constitucional" defende que a nova Constituição seja voltada para o social, "com a prioridade do trabalho em relação ao capital, o que significa a prioridade da remuneração do trabalho, de forma a garantir em primeiro lugar as necessidades humanas do trabalhador".

ANA

Já está em funcionamento, na sede da CNBB, a ANA, Agência de Notícias Alternativas, que emite um boletim diário com uma "interpretação do fato político mais importante do dia". Via telex, o boletim é enviado a 43 destinatários, entre dioceses, rádios e jornais.

Segundo dom Cândido Padim, em breve uma rede de rádios católicas, que totalizam 108 emissoras, terá programas diários sobre os trabalhos da Constituinte. Além da contratação de radialistas, a CNBB já solicitou à Embratel um serviço de multiendereço de telex, que vai agilizar ainda mais os trabalhos da ANA.